

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E A EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

Emissões de gases de efeito estufa causadas pelo desmatamento da Amazônia podem ser zeradas a partir de 2030 caso o novo Código Florestal brasileiro seja implementado integralmente. Essa é a principal conclusão do relatório *Land Use Change in Brazil: 2000-2050*, realizado por pesquisadores ligados ao projeto “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd-PAC)”, financiado pela International Climate Initiative, do governo alemão, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP). Esse projeto contou com a participação de pesquisadores dos institutos de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Internacional para Análises de Sistemas Aplicados (Iiasa, na sigla em inglês), da Áustria, além do Centro para Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Os resultados do estudo foram apresentados em sete de outubro na sede da FAPESP, em São Paulo, e serviram de parâmetro para a elaboração da Proposta Brasileira de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa (INDC, na sigla em inglês), levada em setembro pela presidente Dilma Rousseff à Conferência das Nações Unidas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, em Nova York.

Segundo o estudo, com a progressiva redução do desmatamento, mais esforços devem ser direcionados para combater a poluição gerada por setores, como o energético e o industrial. Sem investimento em energias renováveis e na

modernização de linhas de produção, por exemplo, será mais difícil o Brasil cumprir a promessa de diminuir suas emissões em 37% até 2025 (em relação a 2005) e em 43% até 2030. A meta brasileira será apresentada pelo governo durante a 21ª Conferência das nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP 21), que ocorrerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro, deste ano, em Paris.

Uma das projeções fornecidas pelo estudo indica que, em um cenário de plena aplicação do Código Florestal, com a restauração de áreas de desmatamento nas margens dos rios e em nascentes, serão reflorestados cerca de 11 milhões de hectares no país até 2030. Com esse procedimento as reduções de emissões por desmatamento no Brasil podem chegar a 110 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂), em 2030. Essa marca representa uma queda nas emissões de 92% em relação a 2000, quando se atribuiu ao desmatamento cerca de dois terços do CO₂ lançado na atmosfera pelo país.

Observa-se, pois, que o Brasil não precisa de mais legislação ambiental para conter o desmatamento. A questão hoje é fazer cumprir o Código Florestal. Aprovado em maio de 2012, o código busca combater o desmatamento ilegal. Determina a restauração e manutenção das áreas de preservação permanente (APPs), e a recuperação de áreas de reserva legal (RL). Torna obrigatório o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento criado para regularizar ambientalmente e monitorar as propriedades rurais.

É projetada uma redução de dez milhões de hectares (ha) de área de pastagem entre 2010 e 2030. Nesse ano o país deverá ter aproximadamente um rebanho de 230 milhões de bovinos ocupando 30% menos área por unidade animal (UA) do que em 2010, em que 200 milhões de bovinos ocupavam 200 milhões de ha, padrão da pecuária extensiva, ainda predominante no Brasil. Isto significa mudar a capacidade de suporte animal de uma UA/ha, média nacional, para 1,71 UA/ha, ou seja, modernizar a pecuária para que deixe de ser extensiva. Na Amazônia e no Nordeste, a capacidade de suporte é de 0,5 UA/há, com produtividade de 400 litros de leite/ha.

Com tais medidas e mais o Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono – o Brasil poderá conciliar produção agrícola moderna com a preservação ambiental. Essa condição possibilita ao país a ampliação do uso da terra, tanto para a produção de alimentos quanto para e de bioenergia, sem fazer com que o desmatamento cresça. No caso das pastagens, a expectativa é de que haverá redução da área utilizada,

conforma sejam aplicadas as tecnologias para aumento de produtividade e diminuição da emissão de GEE, preconizadas pelo Programa ABC.

Esse programa é a principal linha de financiamento para auxiliar os produtores rurais brasileiros a praticarem técnicas menos emissoras de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera e, ao mesmo tempo, incrementar a produtividade do setor, em outras palavras, saírem da pecuária extensiva através do sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (LPF). Esse sistema, em nível de experimento, permite manter até cinco UA/ha e produzir de 10 mil a 15 mil litros de leite por ha/ano. Diferentemente, no Nordeste e Amazônia, com pecuária extensiva, a produtividade é de 400 litros/ha/ano, numa lotação de 0,5 UA/ha. As árvores reduzem a temperatura em dois, três graus, criando espaços agradáveis de ambiência animal. Segundo pesquisas da Embrapa, a falta de sombra pode reduzir em até 20% a produção de vacas leiteiras, e quanto à engorda, animais jovens podem chegar a 450 quilogramas em 60 meses em pastagens arborizadas, diferente do rendimento em pastagem convencional, onde esse ganho é de 360 quilogramas.

Ele apoia o Plano ABC, cujo objetivo é promover a redução das emissões de GEE na agricultura, melhorando a eficiência no uso de recursos naturais, aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais e possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

A meta para o setor agropecuário, conforme definido pelo Plano ABC, é de reduzir de 133,9 a 162,9 milhões de toneladas de CO₂, eq. pela adoção de diversas técnicas agropecuárias mitigadoras de GEE. Para a Amazônia Legal a redução está estimada em 40,4 milhões de toneladas de CO₂, eq. por ano, pela completa adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono nas áreas antropizadas.

Ressalte-se que esse potencial só poderá ser alcançado se grandes desafios e problemas recorrentes enfrentados na Amazônia Legal, como falta de regularização fundiária e ambiental, escassez de assistência técnica, desmatamento irregular, cadeia de insumos agropecuários insuficientes, infraestrutura inadequada, dificuldade de acesso ao crédito rural, entre outros, forem resolvidos.

A resolução destes entraves exige grande comprometimento dos setores públicos e privado e também da sociedade civil, bem como deve ser considerada estratégica na agenda da Amazônia Legal para o avanço da agricultura de baixa emissão de carbono, conjuntamente com o reordenamento do uso e da ocupação do solo.

Importante elemento dessa transformação é o produtor rural, que, em sua maioria, carece de informação, conhecimento, treinamento e acesso a crédito, e conseqüentemente continua a praticar uma pecuária extensiva com baixa capacidade de suporte animal, da ordem de 0,5 a 1,0 animal por hectare; necessita transformá-la no Sistema Integrado Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Portanto, o desafio da expansão de uma agropecuária sustentável requer uma transformação considerável. A esse respeito a Fundação Getúlio Vargas (FGV), através do Observatório ABC, realizou em Paragominas (PA), um estudo de caso sobre estas questões.

Mesmo assim, vem ocorrendo evolução do Programa ABC na Amazônia Legal. O desembolso vem aumentando consideravelmente desde o ano agrícola 2011/12 até ao ano agrícola de 2013/14. Em 2011/12 foram fechados 576 contratos, totalizando R\$ 304 milhões; em 2012/13, o valor total desembolsado foi de R\$ 600 milhões, em 2.079 contratos; e em 2013/14, o valor total desembolsado foi de R\$ 642 milhões, em 2.658 contratos. Comparando-se o ano agrícola 2011/12 com o de 2013/14, o aumento no número de contratos do programa ABC na Amazônia Legal foi de 405%, com 110% em valor total contratado.